

Comissão luta por três projetos que dão dinheiro a municípios

A Subcomissão de Assuntos Municipais decidiu lutar pela rápida aprovação de três projetos de lei que aumentam a arrecadação e reduzem custos das prefeituras. A decisão foi tomada em reunião que teve a presença de prefeitos que participam de assembléia da Confederação Nacional dos Municípios.

Página 7

Pode sair hoje acordo para novas regras do Orçamento

Sem acordo, a votação da proposta de alteração nas regras de tramitação dos orçamentos públicos federais ficou adiada para hoje, às 10h. O presidente da comissão mista temporária encarregada do assunto, senador Fernando Bezerra, pretende entregar o projeto aprovado até amanhã.

Página 7

Licença-maternidade para adotante passa em 1º turno

Benefício à trabalhadora que adotar criança é acolhido na mesma sessão em que Plenário aprova proposta que institui o Plano Nacional de Cultura e nomes dos integrantes do recém-criado Conselho Nacional do Ministério Público

Páginas 2 e 3



Célio Azevedo

PLENÁRIO HOMENAGEIA TSE PELOS 60 ANOS

Reforma política se torna principal reivindicação dos oradores na homenagem à corte considerada símbolo da democracia.

Página 3

RECONHECIMENTO Ministros do TSE compareceram ao Plenário do Senado na homenagem ao tribunal



J. Freitas
CHANCE Proposta aprovada pela CCJ dá ao consumidor oportunidade de quitar débitos eventualmente em atraso

Benefício ao consumidor de serviços

Concessionárias terão de avisar consumidor antes de cortar energia ou água, segundo projeto aprovado pela Comissão de Justiça.

Página 7



Gerardo Magela
CONSTATAÇÃO Renan diz no ato público pelo referendo que a violência caiu nos países que proibiram a venda de armas

Mobilização em favor do desarmamento

Parlamentares participam de ato que pede a votação de decreto legislativo pela regulamentação do referendo sobre o desarmamento.

Página 8



Seis projetos de lei de conversão trancam a pauta

Seis projetos de lei de conversão (PLVs), que chegaram ontem da Câmara dos Deputados, onde foram aprovados, passaram a sobrestar a pauta do Senado Federal.

O PLV 10/05 (proveniente da Medida Provisória 233/04) cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc); o PLV 12/05 (oriundo da MP 234/05) altera o Código Civil, prorrogando até 11 de janeiro de 2006 o prazo para que associações, sociedades e fundações se adaptem a algumas das disposições do novo código; o PLV 8/05 (derivado da MP 235/05) dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni); o PLV 11/05 (oriundo da MP 237/05) autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos estados, Distrito Federal e municípios com o objetivo de incentivar exportações; o PLV 9/05 (resultante da MP 238/05), entre outros assuntos, institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude; e o PLV 13/05 (proveniente da MP 239/05) institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Mãe adotante deve ter licença-maternidade

Senado aprova em primeiro turno o benefício para quem acolher criança legalmente

O Plenário aprovou ontem, por unanimidade dos 55 senadores presentes, proposta de emenda constitucional da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que assegura licença-maternidade à trabalhadora que adotar criança. O benefício até agora só existe para as mães biológicas ou servidoras públicas federais. Os senadores ainda terão de votar uma emenda e só depois o projeto será considerado aprovado em primeiro turno.



IGUALDADE Maria do Carmo Alves propõe que adotante tenha mesmos direitos da mãe biológica

A licença-maternidade para adoção terá de ser submetida a um segundo turno de votação, sendo encaminhada depois ao exame dos deputados. O projeto aprovado (PEC 31/00) determina que a licença da mulher será de no mínimo 30 dias e no máximo de 120 dias.

Autora do projeto, Maria do Carmo Alves argumenta que a lei brasileira já reconhece que filhos naturais e adotivos têm os mesmos direitos, não se justificando que a mãe adotante tenha direitos diferentes da mãe biológica.

A aprovação da proposta foi defendida por Heloísa Helena (PSOL-AL), Sibá Machado (PT-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Aloizio Mercadante (PT-SP), Marcelo Crivella (PL-RJ), Magno Malta (PL-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Serys Slhessarenko (PT-MT), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Flávio Arns (PT-PR), Patrícia Saboya (PPS-CE), Delcídio Amaral (PT-MS) e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

Aprovados novos embaixadores

O Senado aprovou ontem as indicações de embaixadores do Brasil na França, Peru e Senegal. São eles, respectivamente, Vera Pedrosa Martins de Almeida, Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro e Kátia Godinho Gilaberte.

Vera já foi embaixadora na Holanda, Equador e Dinamarca. Castro exerceu a função de embaixador na Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas (ONU), Uruguai e México. Kátia trabalhou como conselheira em La Paz (Bolívia) e como ministra-conselheira na Rússia.

Emenda adia PEC sobre Orçamento

A proposta de emenda à Constituição (PEC) 73, de 1999, que trata da participação popular no processo orçamentário do país, não foi votada ontem por ter recebido emenda apresentada pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e outros senadores. Assim, a PEC, cujo primeiro signatário é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A emenda solicita retirada do parágrafo que obriga a aplicação dos recursos referentes às dotações orçamentárias aprovadas com participação popular.

Plano diretor para a irrigação

A proposta de emenda constitucional que prorroga, por 15 anos, o disposto no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que trata da aplicação de recursos da União em programas de irrigação no Nordeste e Centro-Oeste volta para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) porque recebeu ontem uma emenda de Plenário. A emenda, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), propõe que seja elaborado, por intermédio de lei específica, plano diretor para auxiliar na transparência da aplicação dos recursos públicos.

Tuma celebra o Dia da Imprensa

O Senado Federal aprovou requerimento de aplauso pelo Dia Nacional da Imprensa, comemorado ontem. Autor da proposta, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ocupou a tribuna para exaltar o papel da imprensa na consolidação do processo democrático brasileiro.

— Além da importância da imprensa na divulgação das atividades parlamentares, ela também incentiva processos de investigação, necessários à vida do país — afirmou.

Tuma parabenizou os meios de comunicação do Senado e os jornalistas que cobrem o Congresso.

Agenda

Pauta trancada por projetos originados de MPs

A pauta do Plenário, com sessão marcada para as 14h, está trancada por seis projetos de conversão de medidas provisórias. Entre eles, o PLV 10/05, que cria a Superintendência Nacional de Previdência

Complementar, órgão gestor dos fundos de pensão, e o que permitiu que municípios excluíssem dos limites de endividamento os créditos para o programa Reluz (PLV 11/05).

Olívio Dutra fala sobre reforma urbana

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, participa da reunião da CPI da Terra, às 10h, onde fala da reforma urbana. No mesmo horário,

a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) discute indicações para embaixadas brasileiras, e a Comissão de Direitos

Humanos e Legislação Participativa (CDH) vota, entre outros, projeto que cria fundo para manutenção de casas de abrigo (PLC 109/03).

Agenda do presidente

Às 20h, o presidente do Senado, Renan Calheiros, promove, na residência oficial, homenagem à cantora Fafá de Belém, por sua contribuição à redemocratização do país. Às 16h, Renan preside a ordem do dia.

Indicação para Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa, às 10h, a recondução de Cláudio Maierovich à diretoria geral da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Às 18h30, a Comissão do Regimento Interno promove reunião.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Maria da Conceição Lima Alves, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Valéria Ribeiro (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



DECISÃO Votada em segundo turno pelo Plenário, proposta visa, entre outros objetivos, democratizar o acesso aos bens culturais do país

Emenda que cria Plano Nacional de Cultura vai à promulgação

A proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece a elaboração do Plano Nacional de Cultura, com duração plurianual, foi aprovada ontem, em segundo e último turno, no Plenário, e será promulgada nos próximos dias pelas Mesas do Senado e da Câmara, em sessão solene do Congresso Nacional.

Conforme a PEC (57/03), oriunda da Câmara dos De-

putados, o plano terá como objetivos o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público voltadas para a defesa e valorização do patrimônio cultural; a produção, promoção e difusão de bens culturais; a formação de pessoal qualificado para o setor; a democratização do acesso aos bens culturais; e a valorização da diversidade étnica e regional.

■ **Membros do órgão que fará controle externo do Ministério Público serão nomeados pelo presidente da República**

O Plenário aprovou ontem, em votação secreta e nominal, os 13 nomes indicados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que será responsável pelo controle externo da instituição.

Foram aprovados os nomes da procuradora regional Janice Agostinho Barreto Ascari, designada pelo Ministério Público da União (MPU); da subprocuradora-geral do Trabalho

Ivana Auxiliadora Mendonça Santos; do procurador de Justiça Militar Osmar Machado Fernandes; do promotor de Justiça do Distrito Federal Gaspar Antônio Viegas, escolhido pelo MPU; dos representantes do Ministério Público de Goiás, Paulo Sérgio Prata Resende; de Alagoas, Luciano Chagas da Silva; e do Espírito Santo, Saint'Clair Luiz do Nascimento Junior – estes indicados pelo MP dos estados.

Os senadores também se pronunciaram favoravelmente aos nomes do juiz do Trabalho de Pernambuco Hugo Cavalcanti Melo Filho, indicado pelo Supremo Tribunal Federal (STF); do juiz da 1ª Vara da Seção

Judiciária de Sergipe, Ricardo César Mandarin Barreto, enviado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ); dos advogados Francisco Ernando Uchoa Lima e Luiz Carlos Lopes Madeira, designados pela Ordem dos Advogados do Brasil; do advogado Francisco de Albuquerque Silva, remetido pela Câmara dos Deputados; e do advogado-geral do Senado, Alberto Cascais Meleiro, indicado pela Casa.

Criado no âmbito da reforma do Poder Judiciário, o CNMP compõe-se de 14 integrantes, e tem como membro nato o procurador-geral da República, que também ocupará a presidência do órgão.



CELERIDADE Renan defende rapidez na votação da reforma política, que inclui a fidelidade partidária



MATURIDADE Sarney cobra adoção de medidas que possam assegurar o fortalecimento dos partidos



AVANÇO Jobim diz que um dos atuais objetivos da corte é o título eleitoral com foto, RG e CPF



ESFORÇO Luiz Otávio destaca trabalho para levar urnas às regiões mais remotas da Amazônia



GRATIDÃO A corte eleitoral tem o reconhecimento de toda a população, afirma Lúcia Vânia

Parlamentares exaltam ação do TSE em favor da democracia

Ao abrir a sessão especial em comemoração aos 60 anos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que aquela corte é "um emblema de respeitabilidade, competência e símbolo dos mais autênticos da democracia brasileira".

– O TSE tem sido imprescindível para que a vontade política da população se expresse nas urnas, cada vez menos assombrada pelos vícios que caracterizaram durante muitos anos o processo eleitoral brasileiro – destacou o senador, que qualificou o ministro Carlos Velloso, presidente da corte, como um "paladino da Justiça Eleitoral".

Renan também defendeu celeridade na aprovação da reforma política ainda este ano, para que o instituto da fidelidade partidária e o fim da verticalização eleitoral possam valer já nas eleições de 2006.

Segundo o parlamentar, em médio prazo o Congresso deve

estabelecer a adoção de listas mistas nas eleições parlamentares e o financiamento público das campanhas, pontos que integram a reforma política aprovada no Senado há três anos e em exame na Câmara.

Autor do requerimento da homenagem, o senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou que o trabalho da Justiça Eleitoral está interligado, desde sua criação, à legitimidade do sistema representativo brasileiro. O senador parabenizou, em seu discurso, "todos os que fazem da Justiça Eleitoral um orgulho para o país".

– Sarney cobrou medidas que fortaleçam os partidos políticos e salientou que a luta por mudanças, durante sua primeira eleição, em 1954, era para a instituição de uma cédula oficial.

O parlamentar traçou um histórico das eleições no país, desde a primeira, realizada em 1532, pelos portugueses, na cidade de São Vicente (SP), e

destacou que "a velocidade e segurança" garantidas pela informatização asseguram, atualmente, a lisura dos pleitos.

– As eleições no Brasil atingiram hoje agilidade e confiança raras – enfatizou.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ressaltou a atuação do TSE e também dos tribunais regionais eleitorais nas regiões mais distantes do país, como a Amazônia. "Lá, durante as eleições, é feito um trabalho com muito orgulho, tenacidade e luta, que envolve os juízes, os desembargadores que presidem os tribunais e até o mais humilde funcionário. Todos vivem a missão difícil de levar as urnas às mais diversas localidades, e isso é feito de várias formas, com a utilização de búfalos e embarcações.

Ele observou que a atividade dos tribunais eleitorais não se encerra com a apuração das eleições. "Depois de tudo apurado e anunciado, os tribunais irão julgar as demandas

existentes, os confrontos e as questões político-partidárias."

Na opinião da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), os 60 anos do TSE significam a consolidação dos fundamentos do processo democrático brasileiro. "Sem ele, enfrentaríamos dificuldades para estabelecer uma democracia justa e solidária, e nossa corte eleitoral tem hoje o reconhecimento de toda a população."

Conquistas

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, pediu a conclusão da reforma política, já aprovada no Senado e que aguarda votação na Câmara dos Deputados. "A responsabilidade de nossa geração é tentar dar tranquilidade aos eleitores e políticos. Temos uma função histórica de avanço nesse processo – afirmou.

Jobim observou que a Justiça Eleitoral brasileira conseguiu conquistas importantes ao longo dos anos, garantindo a cidadania eleitoral, definindo

quem pode votar e quem pode ser votado.

– Nas últimas eleições, tivemos 121 milhões de eleitores e a maior participação eleitoral do mundo – disse, para em seguida informar que, no Brasil, os eleitores correspondem a 66% da população.

Outra importante conquista citada pelo ministro foi a garantia de que "o voto votado seja o voto apurado", o que foi assegurado com a implantação do voto eletrônico, tornando o Brasil "exemplo para o mundo". Um próximo passo a ser dado, apontou o presidente do STF, é a identificação do eleitor em título eleitoral com foto, número de identidade e CPF. Jobim registrou que esse é um dos atuais objetivos do TSE.

A Mesa da sessão, presidida por Renan Calheiros, foi composta ainda pelos ministros Carlos Mário Velloso e Nelson Jobim, e pelo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles.

Mercadante enaltece discurso contra populismo

■ Senador elogia palavras ditas pelo presidente Lula, para quem "não existe brincadeira em economia"

O governo deve trabalhar para aumentar a eficiência da máquina governamental e melhorar a capacidade de investimento do setor público, mas precisa também continuar trilhando o caminho contra o populismo fiscal, disse ontem o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele elogiou discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recomendando que ninguém deve esperar por medidas populistas e enfatizando que "não existe brincadeira em economia".

O senador sustentou que aventuras de outros governos



Fotos: Roosevelt Finheiro

DISPUTA Mercadante afirma que os indicadores do governo Lula batem de longe os da gestão passada

deixaram o país em situação difícil, ao lembrar que a dívida pública que Lula encontrou somava 61,5% do produto interno bruto (PIB). Seu antecessor herdara dívida de 34% do PIB.

– Eram R\$ 67 bilhões; oito anos depois eram R\$ 760 bilhões.

Mercadante destacou que, nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso, foram priva-

tizados os setores de mineração, elétrico, siderúrgico, petroquímico, de telecomunicações e o sistema financeiro. Mesmo assim, a dívida pública e a carga tributária cresceram.

– Falar em gasto público com a lógica fiscal irresponsável que o país vinha praticando é o caminho mais fácil – observou.

Para o senador, mesmo com a responsabilidade fiscal, os indicadores econômicos na atual gestão batem de longe os de FHC. Ele ressaltou que o país, em 2004, teve o maior crescimento dos últimos dez anos: as exportações bateram recordes, houve melhora na dívida pública e foram gerados três vezes mais empregos que nos oito anos anteriores.

Ele frisou que, no atual governo, o gasto público aumentou apenas com as questões sociais e o combate à pobreza.

José Agripino pede fim de aumentos na taxa de juros

O líder do PFL, senador José Agripino Maia (RN), pediu ontem, da tribuna, que o governo pare de elevar a taxa básica de juros (Selic). Ele afirmou que, após nove meses de altas, o Brasil é hoje o campeão mundial dos juros. Para o senador, os aumentos sucessivos foram responsáveis pela diminuição do crescimento do produto interno bruto (PIB) nos últimos trimestres.

Os jornais de ontem divulgaram dados do IBGE informando que, de janeiro a março, o PIB brasileiro cresceu 0,3%. Agripino

destacou que o PIB passou, nos últimos cinco trimestres, de um crescimento de 1,8% para 0,3% no primeiro trimestre deste ano. Segundo o parlamentar, só há uma explicação: o aumento constante dos juros.

Agripino criticou o governo por investir apenas R\$ 271 milhões no período de 1º de janeiro a 20 de maio deste ano. Ele disse, citando dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que o Executivo gastou, no período, R\$ 24 milhões na



FREIO Para Agripino, juros altos são responsáveis por diminuição no crescimento do PIB

área de saúde, R\$ 13 milhões na educação, R\$ 23 milhões em transportes e R\$ 63 milhões em defesa. Enquanto isso, afirmou o senador, o governo gastou R\$ 296 milhões por dia com o pagamento de juros das dívidas interna e externa.



OBSTÁCULO Paim informa que as vendas externas de sapatos caíram 11% no primeiro trimestre

pelo Brasil – ressaltou.

O senador frisou que o ritmo da produção gaúcha vem diminuindo: o Índice de Desempenho Industrial medido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) apontou redução de 6,4% no primeiro trimestre deste ano, em avaliação com o mesmo período de 2004. Ele

Paim defende exportadores de calçados

O senador Paulo Paim (PT-RS) mostrou ontem preocupação com a influência negativa das políticas monetária e cambial sobre as exportações de calçados. Ele exibiu dados da Associação Brasileira dos Exportadores de Calçados, segundo os quais as vendas externas do setor caíram 11% no primeiro trimestre, em comparação com o mesmo período de 2004.

– E as exportações de calçados produzidos no Rio Grande do Sul representam hoje mais da metade do total exportado

lembrou que a falta de investimento e crescimento industrial freia a geração de empregos.

– Tal situação é causada, principalmente, pelas altas taxas de juros, pela valorização do real e pela limitação aos créditos de exportação – acrescentou.

Paulo Paim ressaltou a importância de programas desenvolvidos em parceria com a Agência de Promoção de Exportações (Apex) e com o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil, além do Programa Brasileiro de Qualidade do Couro.

– Esses programas têm contribuído para aumentar a competitividade do setor, ajudando na conquista de mercados diversificados – disse Paim.



INVESTIDA Antonio Carlos critica "otimismo panglossiano" da Presidência da República

"Governo está otimista demais", afirma ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou não entender as razões do "otimismo panglossiano" demonstrado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus discursos. O parlamentar fazia referência ao personagem criado por Voltaire, Dr. Pangloss, para quem tudo vai

bem, no melhor dos mundos.

– Para ele, tudo vai bem, e ainda vai ficar melhor. Não é isso que o povo pensa, nem é isso que as pesquisas dizem. O presidente está alegre, mesmo com a situação terrível que o país atravessa. Não entendo o motivo dessa alegria – assinalou.

O senador se disse estarecido com o fato de o governo indicar para a CPI dos Correios pessoas que foram signatárias do requerimento de instalação e retiraram as assinaturas, o que, para ele, é "humilhação demais".

ACM também afirmou ser vítima de "agressões verbais" por parte do deputado Isaias Gomes (PT-BA), para quem Lula estaria caindo nas pesquisas por causa dos ataques do senador baiano.

– Se eu tivesse esse poder, estaria além desta tribuna. Só tenho o poder de dizer o que o povo pensa, e o povo não agüenta mais esta situação – disse ACM.

Osmar Dias sugere que PT reveja postura

O senador Osmar Dias (PDT-PR) utilizou ontem a tribuna para relatar os bastidores da CPI da Corrupção de 2001 e a pressão que sofreu do PSDB, partido ao qual era filiado na época, para que retirasse sua assinatura do requerimento que a criou. Ele disse que lembrava o episódio com a intenção de fazer com que o PT pense melhor e apóie a CPI que deverá investigar denúncias de corrupção nos Correios.

Naquela época, lembrou, ele e o senador Alvaro Dias, também do PSDB, foram favoráveis à CPI. Por isso, ambos acabaram expulsos do partido.

Osmar Dias afirmou que "uma assinatura colocada em um documento não pode ser retirada



PUNIÇÃO Osmar Dias lembra que foi expulso do PSDB por ter apoiado CPI da Corrupção em 2001

porque ela é sinônimo da honra, da história do político".

– O PT usa os mesmos argumentos que o PSDB usava: que a CPI prejudicaria o país e a economia brasileira. O PT não deveria cometer os mesmos erros. Não se pode avaliar quantos votos o PSDB perdeu nas eleições de 2002 em decorrência da postura contrária à CPI da Corrupção. Quem votou no PT espera que o governo não deixe nada sem ser investigado – disse o senador.

CCJ da Câmara vota recurso contra CPI dos Correios no dia 7

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara realizará reunião na próxima terça-feira para votar recurso contra a criação da CPI dos Correios. O autor do recurso, deputado João Leão (PL-BA), questiona o requerimento de abertura da CPI com o argumento de que não há fato determinado para a instalação.

Os líderes governistas manifestam confiança na aprovação do recurso. Eles esperam contar com a maioria dos integrantes da comissão, mas defendem a

atuação direta do presidente da República nas negociações para evitar surpresas.

Os opositoristas, por sua vez, entendem que a questão de ordem tem caráter protelatório. Eles já anunciaram que tentarão adiar por algumas semanas a apreciação do recurso. Como o pleito não tem efeito suspensivo, a CPI poderia iniciar os trabalhos antes de ele ser votado.

O deputado Inaldo Leitão (PL-PB) foi indicado relator pelo presidente da CCJ, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ).

Lula não comanda o país, afirma Virgílio

■ "Presidente, o seu tempo político está se escoando", adverte o líder do PSDB no Senado

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse ontem que o presidente Lula não comanda nem lidera mais o país. Ele afirmou que a corrupção avança pelo Brasil sem que "ninguém tente contê-la" e acusou o governo federal de evitar a transparência nos seus gastos e de realizar manobras para aparentar que existe combate à corrupção.

O senador apelou a Lula para que "não continue chafurdando no lamaçal da fisiologia", pois, alertou, o atual governo poderá entrar para a história como um governo "leniente



Fotos: Roosevelt Pinheiro
APELO "O Brasil precisa ser governado, há uma democracia a ser preservada", observa Arthur Virgílio

com a corrupção".

– O Brasil precisa ser governado, há uma democracia a ser preservada. Os indicadores econômicos estão se deteriorando e, continuar como está, o presidente perderá as rédeas do país e, daqui a pouco, sua palavra virará algo de muito

pouca relevância. Os jornais já publicam que há ministros que mandam mais que sua excelência na área política e na área econômica.

Ele lembrou ter apresentado mais de 30 requerimentos pedindo explicações a respeito dos gastos de diversos ministérios com cartões corporativos, e acusou o governo de tentar impedir as investigações.

– Presidente Lula, o seu tempo político está se escoando. O tempo corre contra sua excelência. O senhor deve fazer uma efetiva reforma ministerial para não continuar passando a idéia de que se transformou num presidente que não tem autoridade política para demitir nem nomear ninguém – sugeriu.

Após réplica de Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio reiterou as críticas ao governo.

Mercadante diz que governo é transparente

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que as recomendações de transparência feitas pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, deveriam ser dirigidas aos governos do PSDB. Mercadante observou que, há 11 anos, São Paulo não tem uma comissão parlamentar de inquérito (CPI). Apenas o governador Geraldo Alckmin, conforme o senador, mandou arquivar 44 CPIs. Mercadante citou ainda o governador Aécio Neves, de Minas Gerais, que teria impedido o funcionamento de uma

CPI, ao ordenar a retirada de assinaturas.

Em relação aos cartões de crédito corporativos, o líder do governo destacou que eles permitem maior controle de gasto de autoridades, mas que havia recomendado o envio dos requerimentos de Arthur Virgílio ao Tribunal de Contas da União (TCU), órgão incumbido de detectar irregularidades em seu uso.

O senador ressaltou que o governo Lula vem tomando medidas no sentido de coibir irregularidades e aumentar a

transparência dos gastos públicos. Mercadante destacou o trabalho eficiente realizado pela Polícia Federal, neste governo, no combate à corrupção.

Ele disse entender o nervosismo da oposição, porque as pesquisas apontam que Lula baterá qualquer candidato em uma eleição, e a política econômica continua a manter indicadores econômicos positivos.

Para Mercadante, o importante é que a classe política discuta soluções substantivas para o país.

Heloísa critica "neoliberais do tucanismo e do PT"

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou, de forma veemente, o comportamento dos líderes partidários do governo e da oposição, que, segundo ela, ficam debatendo os mesmos temas de maneira repetitiva. Heloísa afirmou não ter o dilema daqueles que chamou de "neoliberais do tucanismo" e dos "neoliberais do PT", que seriam, na sua avaliação, "objeto de desejo um do outro".

– É triste ver lideranças repetindo a mesma verbosidade do tempo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de forma cínica e dissimulada. É o mesmo velho balcão de negócios para barrar a CPI – assegurou.



AVALIAÇÃO "É o mesmo velho balcão de negócios para barrar a CPI", resalta Heloísa Helena

Heloísa disse que o governo precisa responder porque não deixa a CPI funcionar. Ela lamentou o fato de persistir a mesma estrutura de distribuição corrompida de cargos e de poder.

Renan: ordem do dia terá início às 16h

Devido a discussões e debates que vêm atrasando o início das votações nesta semana, o presidente do Senado, Renan Calheiros, avisou aos senadores que, na próxima terça-feira, a ordem do dia começará impreterivelmente às 16h, que é o horário regimental.

– Os debates entre líderes que ultrapassam o horário da ordem do dia têm comprometido a produtividade do Senado – argumentou.

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) questionaram a razão de os líderes ocuparem o espaço dos oradores inscritos.



PROVIDÊNCIAS Jonas Pinheiro cobra medidas urgentes por parte do governo federal

Jonas apóia reivindicações de produtores rurais

Jonas Pinheiro (PFL-MT) defendeu a legitimidade das reivindicações de milhares de produtores rurais que realizaram, na terça-feira, manifestações em diversos estados

Ideli anuncia benefício para agricultores

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou algumas medidas tomadas pelo governo Lula para beneficiar agricultores, como a liberação, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, de R\$ 400 milhões do seguro agrícola, dirigidos a cerca de 210 mil famílias que foram atingidas pela seca, principalmente nos estados de Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Outra medida é a liberação de R\$ 250 milhões para a aquisição, pelo governo, de parte significativa da safra de arroz e algodão. Ela disse que o governo vai oferecer outros R\$ 400

brasileiros. Ele afirmou que a agropecuária no Brasil enfrenta uma grave crise financeira, que pode vir a afetar toda a economia do país.

O parlamentar pediu ao governo federal medidas urgentes para resolver os problemas dos agricultores, ocasionados pela queda na cotação do dólar, pela grande seca nas regiões Sul e Centro-Oeste no início do ano, e pelo excesso de chuvas em outras regiões.

Jonas Pinheiro ressaltou que ocorreram manifestações de produtores rurais no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas, Piauí, Maranhão, Bahia e Pará. De acordo com o senador, só em Mato Grosso cerca de 50 mil pessoas participaram dos protestos em oito municípios.



RESPOSTA Ideli Salvatti destaca medidas para indenizar agricultores e garantir bons preços à produção

milhões como empréstimo aos agricultores, para que possam manter o produto estocado esperando por melhores ofertas.

Ideli informou que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador tem uma reunião hoje para liberar R\$ 1 milhão para negociação sobre as dívidas dos produtores junto aos fornecedores de insumo.



PESO Agropecuária respondeu por 43% das exportações num período de 12 meses, segundo Delcídio

Para Delcídio, agronegócio é fundamental

O governo federal considera o agronegócio fundamental e continuará a desenvolvê-lo, segundo afirmou o líder do PT, Delcídio Amaral (MS). Ele ressaltou que o setor corres-

ponde a cerca de um terço do produto interno bruto (PIB) – o que equivaleria, em 2003, a R\$ 500 bilhões – e emprega 37% da mão-de-obra do país.

– No que tange às contas externas, as vantagens naturais conjugadas à modernização do setor resultam no enorme peso que o agronegócio tem nas exportações: 43% do total, consideradas as vendas externas entre março de 2004 e fevereiro de 2005. Isso representa quase US\$ 40 bilhões, com predominância do complexo de soja, carnes, madeiras e suas obras, celulose e papel, açúcar, café, couro e seus produtos, fumo e tabaco e sucos de fruta.

Mas Delcídio observou que o setor enfrenta dificuldades, como o aumento dos preços dos equipamentos e as condições climáticas adversas.



COMPROMISSO Flexa Ribeiro cobra do governo federal asfaltamento de rodovias e conclusão de eclusas

Flexa Ribeiro espera que Lula cumpra promessas

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou do presidente Lula o cumprimento de suas promessas eleitorais relativas ao estado do Pará.

– O asfaltamento das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá e a conclusão das eclusas do rio Tocantins continuam no campo das boas intenções – afirmou.

Recorrendo a notícias do jornal *O Liberal*, ele denunciou que “uma candidata petista derrotada nas urnas” teve sua campanha eleitoral financiada pela madeireira holandesa Precious Wood, que, segundo ele, teria grilado 80 mil ha de terras com a conivência do Ibama.



EXPLORADORES Ana Júlia afirma que usa a tribuna para atacar grileiros e predadores da terra

Ana Júlia rebate acusações de senador do PSDB

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) declarou ontem que “as pessoas que a atacam é que têm que se defender perante a Justiça”. Ana Júlia reagiu após o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ter feito denúncias contra “uma candidata petista derrotada nas urnas”, em clara referência à senadora.

– As nossas prestações de conta foram aprovadas. Sempre vim a esta tribuna para atacar grileiros e defender aqueles que fazem a exploração florestal de forma correta. Mas eu nunca fui presa pela Polícia Federal e nem tenho empresa cujo sócio está sendo acusado de fraudar a Previdência – rebateu.

Exportação de pescado pode crescer 10 vezes mais

Afirmção é do ministro de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, em audiência no Senado

Durante audiência realizada ontem na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, José Fritsch, disse que o Brasil pode aumentar em dez vezes sua participação no mercado internacional de pescado. O país vende, atualmente, pouco mais de 1 milhão de toneladas por ano, mas, para o ministro, o país pode comercializar 10 milhões de toneladas anuais.

José Fritsch informou que o consumo de pescado aumentou bastante depois das ocorrências de febre aftosa e vaca louca nos rebanhos



AUDIÊNCIA José Fritsch (E) explica programas de piscicultura, tendo a seu lado o presidente da comissão, Sérgio Guerra, e o senador Flávio Arns

de alguns países. Para que o Brasil aproveite seu potencial no setor, entretanto, é preciso que o incentivo à piscicultura no país leve em consideração toda a cadeia produtiva. Segundo ele, há muita perda de produção por não haver planejamento das fases de armazenamento, comercialização e exportação.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) entregou ao ministro José

Fritsch a Carta do Paraná – um documento com reivindicações do setor de agronegócio. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) declarou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ser convocado com urgência para audiência pública sobre a questão da safra de arroz. O parlamentar defende a compra, pelo governo, de 1,5 milhão de toneladas do produto, como estoque regulador.

Na CPI da Terra, depoentes ficam calados

A audiência pública realizada ontem pela CPI da Terra foi marcada pela tensão. Representantes da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) depuseram mas se recusaram a responder às perguntas dos deputados federais da bancada ruralista. Durante a sessão, os deputados Alberto Fraga (PTB-DF) e Zé Geraldo (PT-PA) trocaram acusações e quase se agrediram.

Tanto a Anca quanto a Concrab tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados pela CPI. Para o presidente da comissão,



TENSÃO Na audiência presidida pelo senador Alvaro Dias, representantes de cooperativas negaram-se a responder a perguntas de deputados federais

senador Alvaro Dias (PSDB-PR), “existem muitos indícios de irregularidades”. Segundo a assessoria do senador, a quebra de sigilos revelou que

a Anca teria utilizado recursos repassados pelo governo para adquirir planos de previdência privada para seu ex-secretário-executivo José Trevisol.

Renan diz que vai atender pedidos da Contag

Enquanto 6 mil trabalhadores abraçavam ontem simbolicamente o Congresso Nacional, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Manoel Santos, pedia o apoio do presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, para os projetos de interesse dos trabalhadores rurais que estão tramitando na Câmara e no Senado. Renan disse que é possível atender às reivindicações.



PROTESTO Seis mil trabalhadores caminharam pela Esplanada dos Ministérios e abraçaram simbolicamente o Congresso Nacional

– Eu tenho dito que se há uma mudança que precisamos fazer é retirar os programas sociais da regra do contingen-

ciamento, especialmente a reforma agrária – assinalou. Santos deverá se encontrar com o presidente Lula ainda hoje.

Comissão apura crise em Rondônia

Instalada ontem no Senado a comissão especial externa criada para acompanhar os desdobramentos da crise institucional no estado de Rondônia. O senador Sibá Machado (PT-AC) foi eleito presidente; Augusto Botelho (PDT-RR) é o vice-presidente; e Demostenes Torres (PFL-GO), relator.

A crise em Rondônia começou com a divulgação, pela TV Globo, do conteúdo de fitas de vídeo mostrando sete deputados estaduais pedindo propina ao governador Ivo Cassol (PSDB) em troca de votos na Assembléia Legislativa.

Também são membros da comissão os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Amir Lando (PMDB-RO). Os suplentes são os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Magno Malta (PL-ES), João Alberto Souza (PMDB-MA), Fátima Cleide (PT-RO) e Heloísa Helena (PSOL-AL).

Demostenes Torres sugeriu que, nas próximas duas semanas, sejam ouvidos os 12 deputados citados pela reportagem. O parlamentar propôs ainda que as fitas com o conteúdo jornalístico sejam requisitadas à emissora. Todas as providências foram aprovadas por unanimidade.

Fiquene sugere Maranhão do Sul

Suplente Ribamar Fiquene (PMDB-MA), que substitui o senador João Alberto Souza (PMDB-MA), defendeu ontem a criação do estado do Maranhão do Sul, que seria composto por 49 municípios e teria uma população de mais de 1 milhão de habitantes.

– Esses municípios têm potencialidade econômica perfeitamente ajustada aos interesses nacionais. Tornou-se imperiosa a divisão territorial para unir mais, crescer mais, amenizar mais as dificuldades e integrar mais o verdadeiro sentido patriótico – argumentou o representante maranhense.

Ribamar Fiquene também homenageou o Senado Federal, afirmando que a instituição “condiz perfeitamente com a trincheira democrática da legalidade brasileira e é a manifestação legítima do povo brasileiro, que se determina à vontade de crescer”.

Luiz Soares para o lugar de Antero

A Mesa do Senado deu posse ao suplente do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Luiz Soares. Depois de prestar juramento e escolher seu nome parlamentar, o novo senador informou que integrará a bancada do PSDB de Mato Grosso. Antero Paes de Barros pediu licença do exercício do mandato por motivo de saúde.



EMPENHO Reunião para avaliar mudanças em processo orçamentário termina sem acordo, mas Bezerra (C) espera consenso em torno de pontos principais

Adiada para hoje votação de regras para orçamentos

Sem acordo, a votação da proposta para alterar as regras de tramitação dos orçamentos federais ficou adiada para hoje, às 10h. O presidente da comissão mista temporária encarregada de sugerir as mudanças, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), garantiu que entregará amanhã, ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o projeto que altera a Resolução nº1 do Congresso, que regula o funcionamento da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Os trabalhos da comissão, nessa primeira etapa de revisão do regimento da CMO, deveriam ter sido encerrados ontem. Fernando Bezerra afirmou, ao

final da reunião com senadores e deputados da comissão, que não solicitará a Renan mais um período de prorrogação, o terceiro desde que o colegiado foi instituído, em março deste ano. O senador disse que está buscando o consenso em quase todos os pontos, deixando para decidir no voto o menor número possível de quesitos.

Essa disposição, contudo, esbarra em disputas entre oposicionistas e governistas das duas Casas, agravadas depois da aprovação da CPI dos Correios. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) insiste em obter do governo acordo para não bloquear recursos das emendas individuais.



PREFERÊNCIA Garibaldi Alves, entre o líder municipalista Paulo Ziulkoski e Heráclito Fortes: entendimento na defesa de três projetos

Subcomissão luta para ampliar receitas municipais

A Subcomissão de Assuntos Municipais decidiu lutar pela rápida aprovação de três projetos de lei, em discussão no Congresso, que vão aumentar a arrecadação e reduzir os custos das prefeituras. A decisão foi tomada ontem, em reunião com a presença de prefeitos que participam, no Senado, de assembléia da Confederação Nacional dos Municípios.

O primeiro projeto (PLS 194/04) isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) compras de equipamentos para órgãos de segurança pública. No Senado, a matéria está recebendo emendas para isentar compras de ônibus

escolares, tratores e outras máquinas destinadas à construção e recuperação de rodovias.

O outro projeto (PLS 57/03) autoriza as prefeituras a permitir que bancos cobrem sua dívida ativa, mediante pagamento de um percentual do valor. O terceiro, em tramitação na Câmara, regulamenta os convênios que as prefeituras devem assinar com a União para que aquelas possam cobrar a arrecadação do Imposto Territorial Rural (ITR). A reforma tributária já transferiu da União para os municípios esse imposto, mas, para poderem efetuar a cobrança, eles têm de assinar os convênios com o Ministério da Fazenda.

Aprovado projeto que proíbe corte de serviços

Consumidor em atraso deve ser informado com antecedência mínima de 15 dias sobre interrupção

Empresas concessionárias e permissionárias de serviço público – como as de gás, água e energia elétrica – podem ser obrigadas a informar os consumidores inadimplentes, com o mínimo 15 dias de antecedência, sobre a interrupção dos serviços prestados. A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), ao acolher, em turno suplementar, substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a projeto de Sérgio Cabral (PMDB-RJ).



AMPARO Antonio Carlos Magalhães em reunião que aprovou projeto para proteger consumidores contra corte arbitrário de serviços essenciais

O PLS62/03, conforme o autor, visa impedir que os consumidores sejam privados de bens e serviços essenciais, além de lhes assegurar todas as oportunidades para quitar ou parcelar os débitos. A proposta também obriga o concessionário a discriminar,

em documento específico, a cobrança de valores referentes a períodos anteriores ao do mês de referência da conta. O projeto segue agora para análise da Câmara, caso não haja pedido de pelo menos nove senadores para exame em Plenário.

Política para o saneamento terá audiências

Os debates em torno de projeto que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, assinado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES), serão aprofundados em audiências públicas. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador César Borges (PFL-BA), foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A primeira reunião, em data a ser marcada, será com o ministro das Cidades, Olívio Dutra.

De acordo com o requerimento, também devem ser ouvidos os presidentes da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, Vitor Fernando Bertini; do Fórum Nacional de Secretários de Saneamento, Frederico Antunes; da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, Silvério da Costa; e da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

O projeto em questão, segundo Camata, visa universalizar o acesso ao abastecimento de água e à coleta e destinação de esgotos sanitários, além de estimular investimentos no sistema.

Governo deve explicar gastos com cartões

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou 36 requerimentos do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para que ministérios, secretarias de Estado e várias instituições públicas prestem informações sobre o uso de cartões de crédito corporativos por parte dos titulares das pastas e de servidores.

O cartão corporativo é uma espécie de cartão de crédito utilizado por funcionários da

administração pública federal para pagamento de diárias, passagens aéreas, compra de materiais e pequenos serviços, como chaveiro. Pelas regras de utilização, o usuário deve justificar os saques em dinheiro.

Arthur Virgílio quer saber quais os gastos de cada instituição com esses cartões, principalmente a partir de 2003, os nomes dos funcionários beneficiados e os gastos de cada um nesse período.

Hélio Costa quer trocar dívidas por educação

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lamentou a posição de Bernardo Appy, secretário-executivo do Ministério da Fazenda, que desaprova a conversão da dívida dos estados em investimentos em educação. A notícia foi publicada no jornal *Correio Braziliense*. O senador, que assina projeto nessa linha, disse admirar o trabalho de Antonio Palocci, mas pediu ajuda para as universidades federais, que estariam "combatidas".

Hélio Costa também se referiu à nova versão da reforma universitária apresentada pelo ministro da Educação, Tarso Genro. O senador afirmou que



AVANÇO Hélio Costa: nova versão da reforma universitária é inovadora e corrige distorções iniciais

a proposta é inovadora e corrige distorções iniciais. Ele citou, entre outras medidas, o fim da interferência nos conselhos das universidades particulares e a obrigatoriedade de que um terço dos cursos das universidades públicas seja noturno, para atender os estudantes carentes que trabalham.



CÁLCULO Para Teotonio, propaganda sobre desvio de águas do São Francisco é "irresponsável"

Teotonio: governo mente sobre a transposição

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) voltou a criticar o projeto de transposição de águas do rio São Francisco, dizendo que o governo faz uma propaganda "mentirosa e irresponsável" desse programa. Ele contestou o cálculo do governo segundo o qual 12 milhões de pessoas serão beneficiadas pela transposição.

– Somente daqui a 25 anos deverá haver 12 milhões de habitantes na área afetada pela transposição – disse Teotonio, afirmando que a população atual na região é de 3 milhões de habitantes.



AVANÇOS José Jorge comemora mudanças nas mensagens publicitárias dos bancos

José Jorge: veto à propaganda de empréstimo

José Jorge (PFL-PE) comentou ontem, em Plenário, as repercussões de seu discurso do dia 11 de maio, em que apresentou projeto proibindo que instituições financeiras façam propaganda sobre empréstimos consignados.

– O Banco Itaú chamou a atenção para a importância do crédito consciente. O Bradesco mudou a sua publicidade e o Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária enviou carta aos bancos pedindo que revejam suas peças publicitárias – comemorou.

Mobilização pelo referendo sobre comércio de armas

■ Comitê de Vítimas da Violência realiza ato simbólico e pede agilidade na definição do dia da consulta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que a luta pelo desarmamento não teria avançado sem a mobilização da sociedade. Ele participou de um ato simbólico promovido pelo Comitê Nacional de Vítimas da Violência pedindo agilidade na votação do Decreto Legislativo 1.274/04, que regulamenta o referendo previsto no Estatuto do Desarmamento. No evento, realizado na Câmara dos Deputados, foram expostas fotos de vítimas fatais de armas de fogo.



APOIO Durante o evento realizado na Câmara, Renan Calheiros elogia a mobilização da sociedade para acelerar medidas em favor do desarmamento

– Este ato encoraja a luta pela votação do decreto, que marca o referendo para o dia 2 de outubro, quando a sociedade poderá dizer se quer ou não a comercialização de armas – declarou Renan.

Presente ao evento, o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) afirmou que o exame do decreto depende da votação das medidas provisórias que ainda trancam a pauta na Câmara dos Deputados.

Para Juvêncio, campanha não resolve questão da violência

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) disse ontem que a campanha pelo desarmamento promovida pelo Ministério da Justiça constitui propaganda enganosa e não corresponde ao que a população esperava do governo como ação para reduzir os índices de violência.

Segundo ele, pesquisa da Confederação Nacional dos Transportes (CNT)/Instituto Census comprova que a população não aprovou o método adotado pelo governo para desarmar a população, por meio da compra de armas de fogo em

posse de cidadãos.

Pela pesquisa, que interrogou como resolver o problema da violência, 34% dos entrevistados apontaram o item "penas mais rigorosas" como a medida mais indicada para a questão. O segundo item apontado pelos pesquisadores, "programas sociais", foi preferido por 32,1% dos entrevistados, continuou o senador. Outros 23,2% optaram pela melhoria das polícias.

– Pelo estudo, somente 9,6% indicaram o desarmamento da população como solução para a violência no país – enfatizou.



CRÍTICA Campanha pelo desarmamento é propaganda enganosa, afirma Juvêncio

Juvêncio lembra que serão gastos R\$ 200 milhões com a campanha de desarmamento, o que para ele não se justifica, considerando que o governo nem "sequer investe essa quantia em infra-estrutura".

Saturnino elogia política externa do governo Lula

A política externa do governo Lula, além de reafirmar os interesses do Brasil no cenário internacional, "joga sementes de mudança na configuração do mundo", afirmou o senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Para ele, tal política procura ressaltar os princípios do multilateralismo e da igualdade entre as nações, além de resgatar a promessa de desenvolvimento econômico, social e cultural dos países mais pobres.



LIDERANÇA Para Saturnino, o governo está "jogando sementes de mudança na configuração do mundo"

O senador destacou o papel de liderança do Brasil na América Latina e disse considerar legítima a pretensão do país de fazer parte do Conselho de Segurança da ONU.

Heloísa defende edições em braile

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) destacou a doação, pela Sociedade Bíblica Brasileira, de uma Bíblia em braile para o Senado. A obra foi entregue pelo presidente de honra da entidade, Aldo Fagundes, em solenidade realizada na terça-feira na biblioteca na Casa.

Heloísa considerou o evento uma oportunidade para que o Senado discuta o estabelecimento de cotas para que os senadores possam imprimir parte das publicações em braile. Ela propõe que as cotas para edições em braile sejam obrigatórias.

Audiência debate TV digital no Brasil

A Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social aprovou ontem oito requerimentos de audiências, entre elas a que vai discutir a TV digital no Brasil, proposta pelos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Sérgio Cabral (PMDB-RJ). Será realizada ainda, por proposta de Roberto Saturnino (PT-RJ) e Paulo Paim (PT-RS), audiência sobre regionalização da TV. Paim e Demostenes Torres (PFL-GO) – eleito vice-presidente da comissão – solicitaram audiência para discutir o fundo das telecomunicações.

Arns assume subcomissão

Assumir a presidência da Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia, que funciona no âmbito da Comissão de Educação (CE), o senador Flávio Arns (PT-PR) ressaltou a importância do setor para o desenvolvimento econômico do país. Entre os assuntos que a subcomissão acompanhará estão a robótica, a biodiversidade e a Lei da Biossegurança.

Segundo Arns, foram aprovados requerimentos para realização de audiências sobre a Base de Alcântara (MA) e a usina nuclear Angra III.

Roberto Marinho dá nome a comenda

Em caráter terminativo, a Comissão de Educação (CE) aprovou na terça-feira o Projeto 212/04, do senador Marco Maciel (PFL-PE), que denomina "Ordem do Mérito das Comunicações Roberto Marinho" a condecoração oferecida pelo Ministério das Comunicações. Segundo Maciel, Marinho teve "papel proeminente" no século 20 e sempre demonstrou "sentimento de nacionalidade". Relator da matéria, Hélio Costa (PMDB-MG) ressaltou a "extrema capacidade empreendedora" do criador da Rede Globo.

Comissão aprova três embaixadores

As indicações de embaixadores do Brasil junto ao Tadjiquistão, ao Suriname e a Angola foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As indicações serão examinadas pelo Plenário.

Embaixador no Paquistão, Fausto Godoy foi indicado para representar o país também junto ao Tadjiquistão. Ricardo Borges foi aprovado para a embaixada no Suriname e Marcelo Vasconcelos para Angola.